



Número: **0801642-89.2018.8.18.0026**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Campo Maior**

Última distribuição : **09/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.829,50**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARTA DOS SANTOS SOUSA (AUTOR)	LUCAS SANTIAGO SILVA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	HERISON HELDER PORTELA PINTO (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35049 95	09/10/2018 01:55	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
35049 98	09/10/2018 01:55	<u>Petição - Marta dos Santos Sousa (Diferença - DPVAT do Juizado - ncpc) JusComum CM</u>	Petição
35049 96	09/10/2018 01:55	<u>Procuração e documentos da ação</u>	Procuração
35049 97	09/10/2018 01:55	<u>documentos da ação1</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
35049 99	09/10/2018 01:55	<u>documentos da ação2</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

Petição Inicial em PDF.



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550103800000003387513>
Número do documento: 18100901550103800000003387513

Num. 3504995 - Pág. 1



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 2^a VARA
CIVEL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PIAUÍ.**

Justiça Gratuita

artigo 5º, LXXIV da CF, e artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (CPC)

MARTA DOS SANTOS SOUSA, brasileira, autônoma, casada, inscrita no CPF sob o nº 565.426.903-87 e RG nº 1.345.087 SSP-PI, residente e domiciliada na Localidade Buritizinho, s/n, Zona Rural de Campo Maior-PI, CEP: 64280-000, por intermédio de seu advogado e bastante procurador (conforme procuração em anexo), o qual **nos termos do art. 425, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil** **DECLARA AUTÊNTICOS E VERDADEIROS todos os documentos e cópias juntadas à presente Petição**, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, na melhor forma de direito, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO
OBRIGATÓRIO - DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º e 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 1



PRELIMINARMENTE

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO A SER ADOTADO E DA INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DESTA COMARCA

Requer desde já que seja declarada a COMPETÊNCIA DESTA VARA CÍVEL COMUM, tendo em vista que a presente ação possui complexidade da matéria, não sendo possível o julgamento de causas que demandem produção probatória complexa (artigo 3º da Lei 9.099/95), impossibilitando com isso a competência do Juizado desta Comarca.

É desse à guisa, que é totalmente inadmissível a realização de PROVAS PERICIAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, sendo que caso a resolução dos pontos controvertidos existente na ação, dependa de tal tipo de prova, não será possível que se considerem os Juizados competentes para o julgamento da ação, mesmo porque já foi decidido em processos anteriores a sua incompetência.

Sendo assim, chega-se à conclusão que a única forma de se considerar possível prosseguir com o processo, é realizando-se PERÍCIA MÉDICA para a apuração das consequências trazidas ao autor em detrimento de acidente de trânsito.

Assim, requer-se a declaração da Competência desta Vara para o julgamento que será realizado através do procedimento ordinário, decretando com isso a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis.

DA INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANTERIOR – PEDIDOS IDÊNTICOS

Cabe informar que a parte autora promoveu ação de cobrança anteriormente (Ref. Ação nº 0010405-89.2016.818.0024 – Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT com Pedido de Antecipação de Tutela, do JECC da Comarca de Campo Maior/PI), sendo extinta sem a resolução do mérito. Haja vista a citação válida daquele feito, interrompe-se o prazo prescricional, com fulcro no art. 202, I do Código Civil e art. 219, § 1º do Código de Processo Civil.

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769





DA JUSTICA GRATUITA

Vale-se a parte REQUERENTE da legislação referida para requerer lhe sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita uma vez que não reúne quaisquer condições de custear as mínimas despesas decorrentes do processo, tal como se verifica nos documentos anexos. O artigo 4º da Lei 1.060/50, bem como o art. 4º da Lei 7.510/86, disciplinam que:

"A parte gozará dos benefícios da Assistência Judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família".

Inobstante à simples afirmativa da parte REQUERENTE de que não possui meios de arcar com custas processuais, por conseguinte, ter garantido o benefício da gratuidade, traz provas que ratificam a impossibilidade do pagamento.

Nosso Tribunal de Justiça tem-se manifestado acerca do assunto; a saber:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO.
AÇÃO CAUTELAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REFORMA. GARANTIA CONSTITUCIONAL DO BENEFÍCIO LEGAL DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. §3º, DO ART. 99, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita às partes decorre do atendimento ao princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional, previsto no art. 5º, XXXV, da CF, sendo suficiente para sua obtenção que a pessoa física afirme não ter condição de arcar com as despesas do processo. II - Antes, a gratuidade da Justiça era prevista pela Lei nº 1.060/50, contudo, o novo CPC passou a regulamentar o seu alcance e os pressupostos legais de seu cabimento, sendo oportuno destacar para o exame do caso em comento, o disposto no art. 99, do citado diploma legal. III - Não obstante a previsão legal vigente e aplicável à espécie, no caso, examinando-se os fundamentos constantes no decisum agravado, verifica-se que**

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucasantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 3



o Magistrado a quo não oportunizou a parte que comprovasse o seu estado de miserabilidade, sem olvidar que, na hipótese, é suficiente a declaração da situação de hipossuficiência para arcar com os custos do processo, nos moldes do §4º, do art. 99, do CPC/15, requisito atendido pelo Agravante, consoante se extrai da declaração acostada às fls. 40. IV- Dessa forma, por se aventar de presunção legal de veracidade, consoante o novo cenário jurídico (arts. 4º, da Lei 1.060/50 e 98, CPC/15), não se deveria exigir maior esforço probatório a ser agregado à declaração de pobreza, que é demandado apenas para as hipóteses de impugnação, sob pena de enredar a garantia do acesso amplo ao Poder Judiciário (art. 5º, XXXV; LXXIV; e LXXVII, CF), restando descabido a dependência do deferimento do pedido de gratuidade. V - Além disso, o fato de o Agravante estar patrocinado por advogado particular não obsta seu acesso ao beneplácito constitucional, pois tal circunstância não é incompatível com a gratuidade requerida, consoante se extrai do disposto no §4º, do art. 99, do CPC/15, mostrando-se desarrazoadamente exigir a utilização da Defensoria Pública na hipótese, inclusive porque consistiria em flagrante inobservância da norma processual retrocitada. VI- Recurso conhecido e provido. VII - Decisão por votação unânime. (TJPI - Agravo de Instrumento Nº 2016.0001.009909-7 - Relator: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho - 1ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 31/01/2017).

Diante dos fatos e fundamentos expostos, REQUER DESDE LOGO que seja concedido o benefício da justiça gratuita à parte REQUERENTE para que possa exercer o direito de acesso ao judiciário, por ser da mais lídima e salutar justiça, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

DOS FATOS

A Requerente, como passageira, foi vítima de um grave acidente de trânsito no dia 07 do mês de julho de 2015, por volta das 15h, como se comprova em Boletim de Ocorrência registrado no 2º Distrito Policial desta Comarca.

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucasantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 4



O acidente ocorreu quando trafegava em uma motocicleta como passageiro na PI-320, que liga Campo Maior e Jatobá do Piauí, quando a mesma e a condutora colidiram em um animal, que devido a colisão a requerente veio a cair da motocicleta sofrendo uma grande pancada no braço, que no local do acidente foi socorrida por uma equipe do SAMU e encaminhada ao Hospital Regional de Campo Maior – Pronto Socorro, onde a mesma foi submetida a procedimentos cirúrgicos, após foi avaliada pelo profissional competente da área que deu o devido relatório médico, que comprova seu acidente.

Ao submeter-se a vários exames médicos, nestes resultaram incontroversas as SEQUELAS ocorridas através de acidente de trâfego. **Ademais restou também incontroverso a sua INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS, BEM COMO PERDA FUNCIONAL EM MEMBRO SUPERIOR DIREITO, TENDO TAMBÉM MUITA PERDA DE SUBSTÂNCIA CUTÂNEA.**

Diante de tal fato, a Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Diante das dificuldades oriundas do citado acidente, que dificultou a vida do autor resolveu pleitear na via administrativa o seu direito ao seguro. Infelizmente, o valor recebido soma o ínfimo montante de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), este referente à cobertura do seguro por invalidez permanente, valor muito inferior ao devido.

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DA REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 5



**VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA
29/12/2006, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR
DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.**

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessária para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 29/12/2006.

DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

(...)

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 6



PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO
MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE
CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“Registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769





Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito à indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: adlucasantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769





Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008).

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, desde já, **Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pela parte Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769





Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA: AGRAVO
REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL.
SEGURO DPVAT. APPLICAÇÃO DA TABELA
INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08.
IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO
ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO
MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA
PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340.
RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO
IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma graduação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J.J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT.
ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07.
VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO
MONETÁRIA. 1. É APPLICÁVEL A
LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT
DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE
ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR
DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE
INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL
OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO
MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: adlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 10



VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO. (TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154).

“(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomado, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. ’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”

“(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto, hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à graduação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomado, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. (...) (20071010043086APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo. Veja-

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 11

se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte. Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção).

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”





Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora.

O art. 85 do novo CPC, assim verbis:

Art. 85 - A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor (...)

(...)

§2o Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

(...)

II – o lugar de prestação do serviço;

III – a natureza e a importância da causa;

IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

§8o Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2o.” (g.n.)

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 85, § 2º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 2º do art. 85, que assim prevê:

§2o Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (...)



Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.” (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 85, § 8º, do novo CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.).

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

DOS PEDIDOS

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769





Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

I - A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50;

II - A CITAÇÃO DO REQUERIDO, para que compareça à audiência previamente designada, (artigo 277-CPC), apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito;

III - Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

IV - Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

V - Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550111000000003387516>
Número do documento: 18100901550111000000003387516

Num. 3504998 - Pág. 15

citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção), deduzidos o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) recebido em via administrativa, totalizando o montante de R\$ 11.829,50 (onze mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos);

VI - A condenação da Requerida no pagamento das CUSTAS e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

VI.1 - Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.

VI.2 - Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 8º do art. 85 do novo CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

VII - Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;





VIII - Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do Advogado Lucas Santiago Silva, OAB/PI – 8.125, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 272, § 2º do novo CPC;

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.829,50 (onze mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).

Nesses termos,

Pede e E. Deferimento.

Campo Maior - PI, 08 de outubro 2018.

Lucas Santiago Silva

OAB/PI -8.125

Advogado

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, CEP: 64280-000

E-mail: advlucassantiago@gmail.com

Fone: (86) 3252-2430 / 99452-6678 / 99957-7769





SANTIAGO ADVOCACIA

Dr. Lucas Santiago Silva OAB/PI - 8125 - Dr. Rondinney Oliveira Pereira OAB/PI - 8436

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: Marta dos Santos Souza

Profissão: Autônoma Estado Civil: Casado

RG: 1.345.087 CPF: 565.426.903-87

Endereço: Bocalhada, Buritizinho, s/n, zona Rural de
Campo Maior - PI

OUTORGADOS: OUTORGADOS: Bel. LUCAS SANTIAGO SILVA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PI sob o nº 8125, Bel. RONDINNEY OLIVEIRA PEREIRA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-PI sob o nº 8436, e o estagiário Vinicius Moura da Silva, inscrito no CPF sob o número 059.383.613-89 todos com endereço profissional situado na Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI.

PODERES: O(s) outorgante(s) acima qualificado(s) confere (em) por este instrumento procuratório, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicia" e "et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra de direito as ações competentes e defendê-lo (a) (s) nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais cabíveis e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir dá quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Campo Maior (PI), 28 de Abul de 2016.

Marta dos Santos Souza

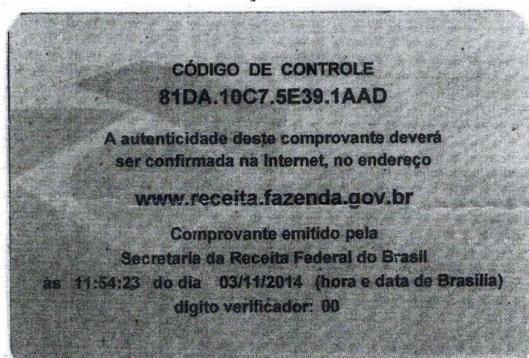
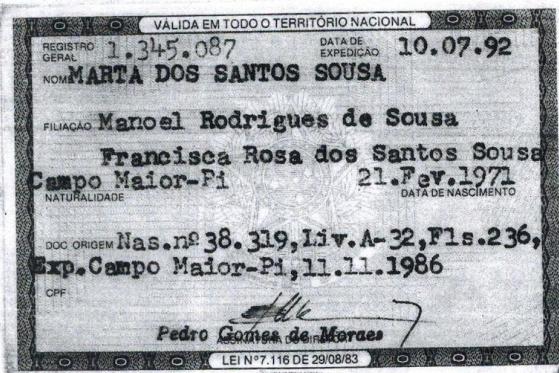
OUTORGANTE

Rua Padre Manoel Félix, 392, Centro, Campo Maior-PI, Cep: 64280-000

Contatos: adylucassantiago@gmail.com - (86) 3252-2430 / 9452-6678 / 9937-8122

jusrondinney@hotmail.com - (86) 9987-2107 / 9481-5662





Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1810090155011810000003387514>
Número do documento: 1810090155011810000003387514

Num. 3504996 - Pág. 2

Eletrobras
Distribuição Piauí

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO
995774-0

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão, Centro Sul - Teresina - PI
CEP: 6500-000 | Fone: (86) 321-303-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série: 5
Regras especiais de impressão rotacionada pela SEFAZ/PI/90

Nº da Nota Fiscal: 000605 106

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS MENS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUTUBRO/2015	27/10/2015	74	49,70

JANÖEL RODRIGUES DE SOUSA
L.C BURITIZINHO S/N ZONA RURAL
CPF: 00000953856305
CEP: 64.200-000 - CAMPO MAIOR

ROT: 134.010.12.84.133000

DADOS DA LEITURA	kWh	DATAS DA LEITURA	
Atual:	5608	Atual:	26/10/2015
Anterior:	5534	Anterior:	18/09/2015
Constante de Multiplicação:	1.000	Próxima Leitura:	26/11/2015
Consumo Médio:	74	Emissão:	26/10/2015
Consumo Faturado:	74	Apresentação:	26/10/2015

NORMAL 32

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Priote	Código Fai	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A811793		1.1.1.1	77

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
SET/15 73	CONSUMO 74 A R\$ 0,656560 = 48,58
AGO/15 73	CORRECAO MONETARIA IG 09/15-00 0,04
JUL/15 81	MULTA POR ATRASO 09/15-00 0,93
JUN/15 73	JUROS DE HORA DE IMPO 09/15-00 0,15
JAI/15 83	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 3,33
ABR/15 69	
MAR/15 55	
FEV/15 80	
JAN/15 77	
DEZ/14 93	
TÍTULO SEM TRIBUTOS:	
0 H 74 - 0,484870	

MENSAGENS IMPORTANTES/AVISO DE VENCIMENTO
[EBITOS JA REAVISADOS] ***** AVISO DE DEBITOS VENCIDOS *****
Mes/Año Valor R\$ Informações existentes debito(s) vencido(s) no valor de R\$
(8/2015 48,13 *****cp,14 (sem acrescimos) ate este dat, Caso (s) de
(9/2014 38,01 debito(s) ja tenham sido pagos), procurem sua loja de
atendimento da Eletrobras Distribuição Piauí com (s) compro-
vento(s) de pagamento.

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVADO AO FISCO EB8F.C586.2DC4.D441.0E42.0988.F589.719E

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição	12,27	Base de Cálculo:	48,58
Energia	18,06	Alíquota ICMS:	20,00%
Transmissão	1,66	Valor do ICMS:	9,71
Encargos	3,90	Valor do PIS:	0,53
Tributos	12,69	Valor do COFINS:	2,45

INDICADORES DE CONTINUIDADE

8,06 1b,12 32,23 3,99 7,98 15,96 4,48
0,00 0,00 0,00

CAMPO MAIOR

08/2015 17,34

ROT 134.010.12.84.133000 SEU CÓDIGO TOTAL A PAGAR R\$



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01

<https://tjpi.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1810090155011810000003387514>

Número do documento: 1810090155011810000003387514

Num. 3504996 - Pág. 3



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(Lei Nº. 7.115/83)

EU Maria dos Santos Souza,
Brasileira, Autônoma, Casada, natural de Campo Maior -
PI, nascido aos 21 dias do mês de Janeiro de 1971, portador do RG Nº.
1.345.087 SSP-PI, CPF nº 565.326.903-87, **DECLARO**
conforme artigo 1º. da Lei 7.115/83 que resido no seguinte
endereço: Bocalinho, Bocalinho s/n, Zona Rural de Campo
Maior - PI.

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a
verdade.

Campo Maior, 28 de Abrial de 2016

Maria dos Santos Souza

Declarante





DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

DECLARO, para os fins de obtenção de assistência judiciária gratuita, e sob as penas da lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, **QUE NÃO TENHO CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DE MEU SUSTENTO E DA FAMÍLIA**. Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima e sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

28/04/2016

Marta dos Santos Souza

Declarante

CPF: 565.426.903-87





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

368 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 105362.001545/2015-87

Unidade Policial: 2º DP DE CAMPO MAIOR

Resp. pelo Registro: Francisco Das Chagas Silva

Data/Hora: 21/08/2015 - 12:12

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

2º DP DE CAMPO MAIOR

Data/Hora

07/07/2015 - 15:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

CAMPO MAIOR

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Endereço

PI 320 KM 5, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

RESIDENCIA DO SR. CHICO ABDIAS

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ANTONIO NARCISO DA COSTA

Tipo Envolv.: TESTEMUNHA

RG: 359217 SSP PI

Mãe: CLARA FRANCISCA DA COSTA

Pai: ANTONIO ARISTIDES DA COSTA

Endereço: LOCALIDADE BOM LUGAR, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: CAMPO MAIOR

Nome: MARIA DE LOURDES SANTOS SOUSA

Tipo Envolv.: VÍTIMA

RG: 3014805 SSP PI

Mãe: FRANCISCA ROSA DOS SANTOS SOUSA

Pai: MANOEL RODRIGUES DE SOUSA

Endereço: LOCALIDADE BURITIZINHO, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: CAMPO MAIOR

Telefone(s): 86-9492-0536

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

Nome: MARTA DOS SANTOS SOUSA

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 1345087 SSP PI

Mãe: FRANCISCA ROSA DOS SANTOS SOUSA

Pai: MANOEL RODRIGUES DE SOUSA

Endereço: LOCALIDADE BURITIZINHO, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: CAMPO MAIOR

Telefone(s): 86-9492-0536

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

Ano: Placa: Chassi:

Renavam: Cor:

1 - HONDA, CG 150

2009 NIB8255 9C2KC15209R026908

144907739

Vermelha

Condutor: MARIA DE LOURDES SANTOS SOUSA

RG: 3014805 Órgão: SSP UF RG: PI

End: LOCALIDADE BURITIZINHO Número: Complemento:

Cidade: CAMPO MAIOR UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Proprietário: MARIA DO ROSÁRIO ALVES EVANGELISTA MARTINS

End: LOCALIDADE SANTA LUZA Número:

Cidade: COCAL DE TELHA UF: Bairro:

RELATO DA OCORRÊNCIA

Compareceu a esta Delegacia para noticiar que: no dia 07 de Julho de 2015 por volta das 15:00 horas aproximadamente quando a Boletim de Ocorrência emitido em: 21/08/2015 12:36 - SisBO@2011-2015 ATI

Página 1/2

+marta das contas mrs



Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01

<https://tjpi.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550127800000003387515>

Número do documento: 18100901550127800000003387515

Num. 3504997 - Pág. 1



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

368 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 105362.001545/2015-87

noticiante era conduzida na motocicleta acima descrita como passageira, tendo como condutora a sua irmão de nome MARIA DE LURDES SANTOS SOUSA, quando trafegavam na PI -320 no sentido de Jatobá do Piauí-PI à cidade de Campo Maior-PI e na localidade Vajota, zona rural, Campo Maior-PI, colidiram em um animal de espécie caprino que invadiu a pista rolamento da PI; Que devido a esse abaloamento vieram a cair da motocicleta; Que devido a queda a condutora MARIA DE LURDES SANTOS SOUSA sofreu apenas escoriações pelo corpo e Que a noticiante sofreu fraturas nas diáfises dos ossos do ante - braço direito. Que do local do acidente foram socorridas e levadas por uma equipe do SAMU da cidade de Campo Maior onde deram entrada no HRCM(Hospital Regional de Campo Maior), que foram atendidas pelo Médico plantonista e que a noticiante foi encaminhada para internação e posteriormente passou por procedimentos cirúrgicos. Nada mais disse

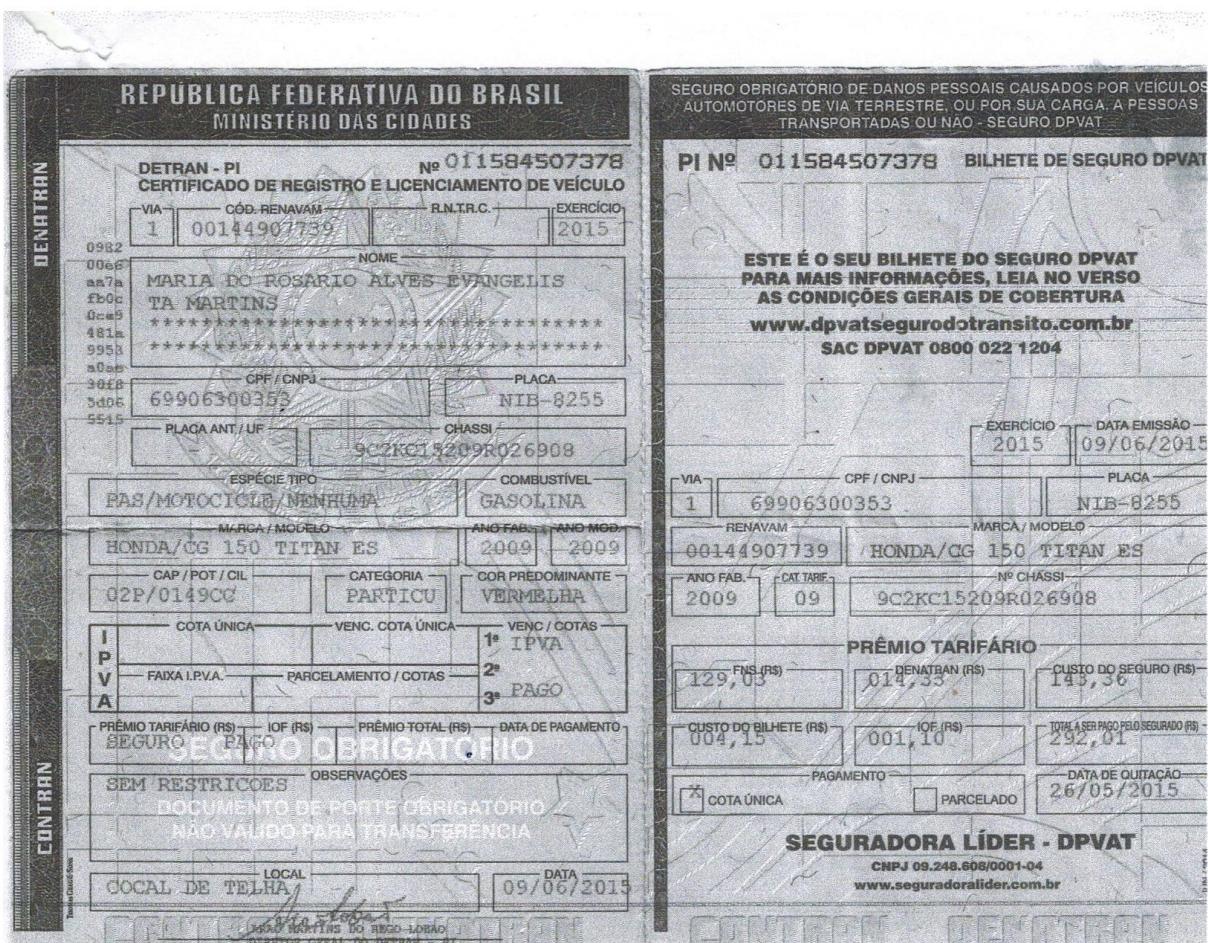
[Signature] d/c
Francisco Das Chagas Silva - Mat. 0095109
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Francisco das Chagas
Chefe de Ofício
Mat.: 0095109

Marta dos Santos Sousa
MARTA DOS SANTOS SOUSA - Noticiante
Responsável pela Informação

LAERCIO IVANDO EVANGELISTA PIRES FERREIRA
Delegado de Polícia





Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01

Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:53:01
<https://tipp.pie.uis.br:443/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550127800000003387515>

Número do documento: 18100901550127800000003387515

Num. 3504997 Pág. 3

Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

Medicas.aspx)
Documentos Invalidez
Permanente
(/Pages/Documentacao
-Invalidez-

Permanente.aspx)
Documento Morte

(/Pages/Documentacao
-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-
Indispesaveis-Para-

Pedir-a-
Indenizacao.aspx)

SINISTRO 3150963745 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARTA DOS SANTOS SOUSA
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
BENEFICIÁRIO MARTA DOS SANTOS SOUSA
CPF/CNPJ: 56542690387

Posição em 27-04-2016 16:33:15

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

PAGUE SEGURO

Como Pagar
(/Pages/Pague-
Seguro.aspx)
Consulta a Pagamentos
Efetuados
(/Pages/Consulta-a-
Pagamentos-



Nome do Paciente : Marta dos Santos Sousa

Data do Nascimento: 22/02/71

Data do Registro: 07/07/15

Médico: Dr: Salmo Melo Oliveira Lima

RAIO X DO ANTEBRAÇO DIREITO

Fraturas nas diáfises dos ossos do ante – braço.

Dr: José Luiz da Paz
Radiologista
CRM: 0367 / CPF: 030.027.993 - 00



C. Clínica

Nº da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde					
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	H R C m.		2 - CNES 272771754		
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	M. R.C.M.		4 - CNES 272771754		
Identificação do Paciente					
5 - NOME DO PACIENTE	Maria dos Santos Souza		6 - Nº DO PRONTUÁRIO 1039		
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO 21/02/1971	9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/>	10 - RAÇA / COR Fem. <input checked="" type="checkbox"/> X13		
11 - NOME DA MÃE	Francisco Rosa dos Santos Souza		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD 9514415859		
13 - NOME DO RESPONSÁVEL	Maria Lucia de Souza Costa		14 - TELEFONE DE CONTATO DDD		
15 - ENDEREÇO (RUA - Nº, BAIRRO)	Av. Beira Mar Z.R				
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	Campo Maior		17 - COD. IBGE MUNICÍPIO TPI 164121810101010		
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Fazendo urina de quebra devido a constipação febre e fadiga durante a noite de sexta e ultima deitado. Noite fria na noite e dia amanhece Água: Gás gase 15 febre, dores e fadiga e fadiga</i>					
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO					
<i>Ar Armei</i>					
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)					
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>FRACOIA DE MÂOS E VULVA DIREITO</i>					
24 - CID 10 PRINCIPAL 9018		25 - CID 10 SECUNDÁRIO			
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>TATTOAMENTO</i>	28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 04113041011718				
29 - CLÍNICA <i>CHURRASCA</i>	30 - CARÁTER DE INTERNAÇÃO	31 - DOCUMENTO () CNS	32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) 061589158443814		
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>SANTOS</i>	34 - DATA DA SOLICITAÇÃO 07/07/15	35 - ASSINATURA E CARIMBO <i>SANTOS</i>	36 - N.º DO REGISTRO DO CONSELHO <i>MEDICO CRM PI 3112</i>		
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIA)					
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	39 - CNPJ DA SEGURODA	40 - N.º DO BILHETE	41 - SÉRIE		
37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	42 - CNPJ EMPRESA	43 - CNAE DA EMPRESA	44 - CBOR		
38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO					
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO	() EMPREGADOR	() AUTÔNOMO	() DESEMPREGADO	() APOSENTADO	() NÃO SEGURADO
AUTORIZAÇÃO					
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	50 - ASSINATURA E CARIMBO (N.º DO REGISTRO DO CONSELHO)			
48 - DOCUMENTO () CNS	49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR) () CPF				
51 - ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL <i>X</i>					



HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR



GOVERNO
DO PLAI

www.nj.gov.br

Secretaria Estadual de Saúde
Hospital Regional de Campo Maior
Av. do Contorno S/N - Bairro São

Fone: (86) 3252-1372- Fax: (86) 3252-4546
CEP: 642280-000 - Campo Maior-Pi
CNPJ: 06.553.564/0006-42



HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR



GOVERNO

DOPIAUI

Phone: (86) 3252-1372 - **Fax:** (86) 3224-4546
CEP: 64280-000 - **Campo Maior-PI**
CNPJ: 06.553.564/0006-42

**Secretaria Estadual de Saúde
Hospital Regional de Campo Maior
Av. do Contorno S/N - Bairro São**

Assinado eletronicamente por: LUCAS SANTIAGO SILVA - 09/10/2018 01:55:01
<https://tpj.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18100901550139800000003387517>
Número do documento: 18100901550139800000003387517

Núm. 3504999 - Pág. 3



HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR



GOVERNO

卷之三

EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

EVOLUÇÃO MULTIPROFISSIONAL

Fone: (86) 3252-1372 - Fax: (86) 3252-4546
CEP: 64280-000 - Campo Maior-PI
CNPJ: 06.553.564/0006-42

**Secretaria Estadual de Saúde
Hospital Regional de Campo Grande
Av. do Contorno S/N - Bairro São**

RESUMO DE ALTA

1039

Nome do Paciente:		Marta dos Santos Souza	Nº C.N.S
Endereço:			
Sexo	Data Nascimento:	Nome da Mãe:	
F	15/02/71	Francisca Rosa dos Santos Costa	
Profissão:	Responsável:		
Diagnóstico:		Procedimento Realizado	
FRACTURA ossos OSSOS ATB (A)		OSTEOSSINTOSE	

Paciente em fase - operatório de osteosintese de rádio ulna (A) e interconexão.
A Alta hospitalar + ornato.

DATA DE SAÍDA: 12/09
CIRURGIA / TÉCNICO: Dr. LUCAS SANTIAGO SILVA

Campo Maior - PI 20/07/15

Médico

